

PROCESSO - A. I. Nº 281081.0017/14-7
RECORRENTE - TNL PCS S/A (OI)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – Acórdão 2ª CJF nº 0261-12/17
ORIGEM - IFEP SERVIÇOS
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 09/08/2018

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0192-12/18

EMENTA: ICMS. INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. Constitui requisito para a admissibilidade do Pedido de Reconsideração que a Câmara de Julgamento Fiscal tenha reformado, no mérito, desde que verse sobre matéria de fato ou de direito arguidos e não apreciados na impugnação e nas fases anteriores do julgamento. Restou comprovado nos autos, que a matéria de fato e os fundamentos de direitos foram apreciados na Decisão da primeira e segunda instância. Pedido **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Pedido de Reconsideração em relação à Decisão proferida por esta 2ª Câmara de Julgamento Fiscal, em 17/06/2017, fls. 347/364, quando apreciou o Recurso Voluntário relativo ao Acórdão da 3ª JF nº 0273-03/14 que julgou, por unanimidade, Procedente o Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 03/09/2014, julgando-o Parcialmente Provido, reduzindo a exigência fiscal para o valor histórico de R\$7.599,55.

Ainda inconformado, às fls. 372/381, o Contribuinte interpõe PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO arguindo erro material na decisão proferida por esta CJF.

Destaca a tempestividade do pedido e faz breve relato dos fatos processuais, que passo a relatá-los:

Em apertada síntese, o Sujeito Passivo alega que o acórdão recorrido, ao analisar os “*Advaced Services*” fornecidos pelo Contribuinte, aduziu que: “ *muito embora a alegação da recorrente seja consistente, as decisões deste Conselho de Fazenda Estadual estão adstritas ao que determinamos os convênios e a legislação baiana sobre o assunto, não havendo dúvida de que a lide será resolvida, ao final, no âmbito do Poder Judiciário*”.

Salienta que, a seu ver, essa assertiva indicaria que não foi analisada a sua alegação de bitributação, tendo em vista que os referidos serviços constam da tabela relacionada na Lei Complementar nº 116/03, que regulamenta o ISS, em seu item 17.23, que os tributam.

Traz à colação Jurisprudência sobre o tema, e quanto, ao que considerou, como inconstitucionalidade da multa aplicada na autuação.

Requer, ao final a reconsideração do acórdão recorrido para ser inteiramente provido o seu Recurso Voluntário no sentido de julgar Improcedente o Auto de Infração em lide.

VOTO

Considerando tempestivo o presente Pedido de Reconsideração, preliminarmente devo verificar se este atende o requisito para seu conhecimento, previsto no art. 169, I, do RPAF/BA, qual seja o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: *a) que a decisão da Câmara tenha reformado no mérito a do juízo administrativo originário; b) que verse sobre matéria de fato ou fundamento de direito ventilados na defesa e não apreciados nas fases anteriores de julgamento.*

Vejo que, ao contrário do que alega a Recorrente, a questão da suposta bitributação foi analisada exaustivamente tanto pela 3ª Junta de Julgamento Fiscal, em sede de Impugnação, quanto por esta 2ª Câmara, no julgamento de seu Recurso Voluntário, ao defender a Procedência Parcial da autuação, considerando que parte dos serviços prestados pelo Contribuinte deveria ser tributada pelo ICMS.

Restando evidentemente implícito, que não caberia aos Julgadores sopesar a alegada tributação por outro tributo.

Pelo exposto, concluo que a utilização desse recurso, no caso em análise, não é possível por estarem ausentes os requisitos para seu conhecimento.

Assim, Voto pelo NÃO CONHECIMENTO do Presente Pedido de Reconsideração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual por unanimidade, **NÃO CONHECER** o Pedido de Reconsideração interposto e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **281081.0017/14-7**, lavrado contra **TNL PCS S/A. (OI)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$7.599,55**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de junho de 2018.

MAURÍCIO SOUZA PASSOS – PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BARROS RODEIRO – RELATOR

LEONARDO MOTA COSTA RODRIGUES – REPR. DA PGE/PROFIS